

ATA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2024
CONSELHO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

Aos 19 de Novembro de 2024, ocorreu a 9ª reunião Ordinária do Conselho de Defesa do Meio Ambiente do Município de Pindamonhangaba - CONDEMA, estando presentes os Conselheiros e Conselheiras Larissa, Walmir, Maria José, Daniel, Ana Clara, Júlia, Rafael Lamana, Rafael Cavalcante, Mariluci e William. Também estiveram presentes Gabriel, Alexsander, André, Armando Funari e Marcos Isoda (os três últimos são representantes da empresa Risco, responsável pelo Plano Municipal de Conservação e Recuperação Ecológica da Mata Atlântica e Cerrado de Pindamonhangaba 2024-25).

Para uma melhor organização da reunião, foi sugerido e acatado que a reunião se iniciasse com a apresentação do Plano de Mata Atlântica e Cerrado e em seguida seria continuada a partir da ordem da pauta estabelecida.

6. Apresentação do Plano de Mata Atlântica e Cerrado: André iniciou a sua fala apresentando a trajetória da empresa Risco, que foi formada em 2010 e que em 2020 tomaram a decisão de se dedicarem prioritariamente a planos que envolvam a questão climática e a questão ambiental, por entender que essa é a grande questão que vai atravessar todas as políticas públicas e todas as dimensões da nossa vida dos próximos anos. No Vale do Paraíba, já concluíram o Plano de Mata Atlântica e Cerrado de Caçapava. Em Pindamonhangaba, começaram o trabalho em julho de 2024, quem tem acompanhado é o William, da Secretaria de Meio Ambiente e também Conselheiro do CONDEMA, e o Plano está organizado em três apoios, que são a coordenação executiva da Prefeitura por meio da Secretaria de Meio Ambiente, uma consultoria dando suporte técnico e o CONDEMA. André apresentou slides com aspectos gerais da situação do município por meio de contextualização histórica e mapas com expansão da área urbana, expansão de culturas agropecuárias e pastagem. Também indicou que houve uma expansão da silvicultura de eucalipto e observou que é um dos grandes vetores dos problemas da biodiversidade local, reconhecendo que eucalipto é muito danoso para a biodiversidade da Mata Atlântica. Além disso, relatou que houve um aumento de formação não florestal, como capoeira e apresentou uma mancha de acúmulo de fogo, de hectares queimados e que este é um problema crônico, independente da forma como é usado. Indicou que a economia não urbana tem uma matriz rural e que é muito difícil vislumbrar um outro modelo de economia que compense os pequenos, médios e grandes proprietários, de modo, o que pretendem mostrar é o que pode ser feito simplesmente restaurando área de preservação permanente, reserva legal, coisas que já são obrigatórias por lei. Em relação à cadeia de eucalipto, disse que não gera riqueza para o município, tampouco para o orçamento público. Apresentou um quadro de ações, de programas e objetivos de ações, para dizer que, no final, esse Plano vai ter um custo, vai ter um valor estimado para cada tipo de ação, uma vez que este é um plano para o município trazer recursos para a conservação ecológica. Mostrou-se cético quanto ao mercado de carbono e disse que isso vai ser conversado conosco ao longo do processo. Apresentou um mapa de temperatura e disse que a cidade é bastante quente. Sobre isso, Rafael Cavalcante mencionou que isso foi levantado também no Plano de Arborização Municipal. Em seguida, André apresentou o cronograma de trabalho, composto em cinco etapas ao longo de dez meses e disse que o Plano de Trabalho está pronto e pode já ser enviado ao CONDEMA. Disse também que foi constituído um grupo de trabalho, o qual faz parte, além de técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável e Clima, que é para a gestão do executivo, mas ele é aberto ao CONDEMA, então, quem do Conselho e estiver interessado, é super bem vindo. Explicou que na etapa de diagnóstico, a equipe vai a campo para fazer levantamento e oficinas participativas e que no plano de ação estão as necessidades e ações intermunicipais, porque a linha do município é uma

linha política e a gente precisa tratar da linha dos remanescentes florestais, e disse que haverá apresentação pública para pensar como o Plano vai entrar na gestão do município. Finalizaram a apresentação falando sobre a reforma do viveiro municipal. Em seguida, Larissa solicitou o acesso ao documento para realizar a leitura e conferir se tem alguma dúvida, elogiou a abordagem do Plano, pontuou a importância de ser um processo colaborativo e perguntou se o viveiro vai ter mudas especificamente nativas, ao que foi respondido que pode ser que tenha mudas que não sejam nativas caso estas sejam importantes para o processo de reflorestamento, mas que a ideia principal é que tenha sementes típicas da região. Também perguntou se neste Plano a empresa está considerando a articulação de redes que já existem no território, se estão buscando a integração dessas iniciativas com o Plano, ao que foi respondido que irão fazer isso na etapa do diagnóstico. Rafael Lamana mencionou que o viveiro municipal não faz mais parte da Secretaria de Meio Ambiente, que atualmente está abrigado na Secretaria de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Clima. Maria José perguntou se esse trabalho vai olhar para a área urbana ou só a área rural, ao que foi respondido que a área urbana vai, sim, ser avaliada, como parques, praças e áreas permeáveis, porque tudo isso forma um sistema de drenagem em solução baseada na natureza, somente a abordagem de ação sobre eles que é diferente. André aproveitou para dizer que a avaliação é feita por micro bacias e que cada uma vai ter estratégia separada de reflorestamento. Walmir perguntou sobre o conteúdo programático do curso, ao que foi respondido que ele será tratado em quatro módulos: 1) metodologia, 2) diagnóstico, 3) planejamento de ações, e 4) formalização, que é como o plano ganha força de lei. Júlia perguntou se este Plano estará conectado com o Plano de Ação Climática e o Plano de Arborização Municipal, porque tem muitas coisas que convergem, ao que foi respondido que os representantes não conhecem o PLAC de Pinda e que é relevante que o Plano esteja estruturado de acordo com as informações levantadas pelo PLAC, pelo Plano de Arborização Municipal e pelo Plano Diretor Participativo, entre outros já existentes. Por fim, os representantes da empresa Risco mencionaram que, assim que for possível, as informações estarão disponíveis em plataforma online para consulta da população e se mostraram abertos para receber informações e sugestões dos Conselheiros.

1. Aprovação de Ata: foi aprovada pelos conselheiros e conselheiras presentes.

2. Status das atividades dos GTs: Foi apresentado somente o GT Fundema, o qual Rafael Lamana relatou que ficou de consolidar as legislações, que já fez a leitura e que ainda não teve tempo realmente para fazer as considerações, porém, acha que a gente poderia diminuir a quantidade de artigos e usar isso mais no decreto para facilitação, para deixar mais básico na legislação para a gente conseguir ter mais celeridade. Júlia sugeriu que esses diagnósticos que vão ser feitos poderiam ser utilizados pelo Fundema, como, por exemplo, o que vai ser feito pela empresa Risco para a elaboração do Plano apresentado, para poder determinar as ações prioritárias para o financiamento e ter esses diagnósticos como norteadores para propor as ações prioritárias para financiamento. Rafael Lamana disse que a ideia é realmente essa.

3. Taxa do lixo: Rafael Lamana explicou que a proposta da Taxa do Lixo foi retirada da Câmara e que neste ano não irá retornar, mas que pode retornar na próxima gestão em algum momento. Ana Clara mencionou que para esta pauta foram convidados, por meio de ofício no 1Doc, representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, do Departamento de Limpeza Pública e Resíduos e da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, dos quais apenas o Secretário de Meio Ambiente, Alexsander Rosa, esteve presente. Alexsander iniciou a sua fala dizendo que apesar de muitas pessoas nas redes sociais questionarem que a Taxa do Lixo não é obrigatória, isso caiu por terra, porque o STF entendeu que o município que não instituir essa taxa, estará abrindo mão de receita. Explicou que dentro de questões ambientais, é algo que atende a uma lei federal e que mesmo que pessoas tenham se mobilizado, pesquisado e produzido conteúdo, é uma taxa que tem que ser implementada, senão o município vai perder arrecadação. Disse que, em relação à taxa, se nós pegarmos as súmulas do STF, nós vamos ver que lá, depois de muitas discussões que não recentes, consta que é constitucional a cobrança da taxa por metro quadrado, porém, Alexsander faz uma recomendação: nós temos variantes sociais no município, então o próprio STF recomenda que se observe essas variantes no projeto inicial, porque não é a primeira vez que esse projeto vai para a Câmara, e dessa vez se previa essas variantes sociais no município. Alexsander também disse que, na semana passada, o Rafael Lamana e ele

tiveram uma reunião do GAEMA de fechamento de calendário de 2024 e abertura de calendário de 2025 e, nessa ocasião, a ARSESP, que é uma agência reguladora, fez uma provocação de como o GAEMA estaria conversando com os municípios sobre a implementação ou não das taxas. O GAEMA informou que em 2025 vai iniciar as tratativas, mas não entrou em detalhes. Informou que algo que vem chamando a atenção é que o município que abrir mão dessa receita, quando ele for pegar recurso para qualquer outra atividade, ele vai ter que especificar porque ele diz ter receita para a questão de resíduos sólidos e não tem receita para saneamento básico, para coleta seletiva ou para qualquer outro assunto, então, isso tem gerado bastante discussão entre os municípios aqui na região. Também apontou que quando se fala sobre essa taxa, está se referindo a leis que já existem há mais de 15, 20 anos, e que o marco regulatório de saneamento veio só sacramentar e oficializar isso, então, todas as discussões que existiam antes disso, sobre ser constitucional e não ser constitucional, o STF já deu parecer sobre isso de que não é inconstitucional, é receita o município. Explicou que não compete à Secretaria de Meio Ambiente esse tipo de posicionamento, que à Secretaria compete analisar o cenário atual e ver dentro das atribuições da Secretaria como podem colaborar para a redução desse custo, de modo que a taxa de lixo acaba sendo obrigatória para cobrir os custos e entende que se conseguirmos reduzir os custos, a taxa por consequência também vai ser reduzida, porque a lei, segundo ele, é muito clara nesse sentido. Então, enquanto Secretaria de Meio Ambiente, esse é o propósito da Secretaria. Finalizada a fala, Ana Clara perguntou se a proposta tem tudo para voltar no ano que vem, ao que foi respondido que sim, até porque vão ter cobranças do Ministério Público, do Tribunal de Contas, então isso é inevitável. Em seguida, Maria José disse que entende que, quando for implementada essa taxa, vai ser definido um Fundo e vai ser definido para onde vai cobrar e para onde vai pagar, e entende que a verba para pagar a coleta de resíduos da cidade está saindo do IPTU. A partir disso, perguntou se Alexsander acha que no futuro isso vai estar mais organizado para ter alguma diferença de abatimento para o município, pensando na entrada de recurso financeiro, ao que foi respondido que o marco define que todos os recursos relacionados a gerenciamento de resíduos sólidos têm que ser coberto por essa taxa. Alexsander também disse que à medida que conseguir reduzir os custos, automaticamente o valor diminui e, por consequência, o custo da taxa também vai diminuir, então isso vai precisar ser revisto, porque essa taxa não prevê dinheiro em caixa, ela prevê zerar a conta. Explicou que, então, se gastam 100, arrecadam 100; não pode arrecadar 101, como também não pode arrecadar 99, a conta tem que ser zerada. Sobre a forma que isso vai ser feito, tem um grupo de trabalho que está avaliando isso e vendo como justificar isso junto ao Tribunal de Contas, e o destino do recurso ainda é uma discussão entre municípios que colocaram isso diretamente na conta do município, tem outros que transferiram isso para fundos. Também disse que a informação é de que, por ser uma taxa, não pode estar no IPTU, porque imposto e taxa são coisas distintas; e que, assim como o CONDEMA tem um fundo municipal de ambiente, eles estão preparando um fundo de saneamento, então, são duas oportunidades, mas isso ainda não foi definido, até porque a lei de que foi para a Câmara não tinha essa conversa dos dois fundos ambientais relacionados a isso, então, para o ano que vem, temos esses fundos e pode ser uma alternativa, sim, lembrando que os fundos, principalmente o de saneamento, é dinheiro carimbado, então ele vem de uma cobrança pelo serviço de saneamento ambiental, de saneamento básico, água e esgoto, e ele obrigatoriamente tem que ser utilizado para saneamento ambiental. Alexsander, para deixar bem claro, disse que são dois fundos, mas com aplicações e utilizações bem diferentes umas das outras. O município Gabriel perguntou se tem outras formas ou se foram pensados outros formatos de como abater esse custo com relação à coleta de resíduos para além da lógica dessa taxa, se existem outros formatos que foram pensados e planejados de como abater esse valor, e se dentro da lógica da criação dessa taxa para abater os custos com relação à coleta de resíduo, como que esse cálculo é feito, porque sabe-se que a coleta de resíduos em Pinda também é bastante terceirizada. Alexsander respondeu que, hoje, o recurso que se paga com coleta, transporte e destinação final de “lixo”, que é o nosso resíduo urbano, sai de tudo o que o município arrecada. Então, a arrecadação de emissão de nota fiscal de arrecadação de IPTU, taxas e monumentos do município em geral, sai de uma conta comum do município, que está indo para o gerenciamento de resíduos

sólidos. Esse dinheiro, que é da conta comum, poderia estar sendo utilizado, por exemplo, na área de saúde e na área da educação. Mencionou que, sobre a questão que o Gabriel colocou, se é uma previsão ou se é valor real, a resposta é que é valor real. Então, explicou que o que diz o marco regulatório é: se eu gasto, R\$100 com coleta, transporte e destinação final, a taxa que vai ser instituída no município não pode ser superior a R\$100, tem que zerar a conta, porque, com esse valor da taxa, libera o valor que hoje está saindo do cofre público, que poderia estar indo para outras ações do município. Informou que, hoje, o município não realiza coleta, ele tem concessão, como é o caso da atual Sabesp, então o município não tem estrutura para realizar esse tipo de ação, então faz processo licitatório e contrata uma empresa para fazer o serviço, e disse que tem que ser levado em conta o fator importante que é a questão social, o próprio marco determina isso e o STF também determinou isso, então isso vai ser levado em consideração. Em seguida, Gabriel quis saber como é manejada a coleta, uma vez que o município tem uma coleta terceirizada, então, basicamente, o custo fica atrelado a quanto a Prefeitura paga para essa empresa e não necessariamente quanto que custa a coleta. Então, perguntou quanto de fato custaria a coleta de lixo, pois, parece que a população fica um pouco rendida nessa situação com relação a uma situação licitatória onde nós não participamos de, por exemplo, como são definidos esses valores para a execução desses trabalhos, mas a gente vai pagar em cima dos valores cobrados por essas empresas para execução desse trabalho que poderia ser municipal. Diante dessa pergunta, Alexsander respondeu que, em relação ao pagamento, é feita uma projeção a partir do tempo de serviço, por exemplo, dez anos. Então, é feita uma previsão de custo para esse período, que inclui transporte e destinação de resíduos sólidos no município. A partir disso, faz-se uma previsão de custo para dez anos, e o serviço prestado por mês é calculado por meio de medição. Isso não significa que, se foi previsto R\$1.000.000 para dez anos, esse valor será fixo. Ele é dividido por mês, mas não é uma medição; trata-se de um valor referencial. O pagamento, aliás, é regido pelo próprio Tribunal de Contas. Não é porque defini, num contrato, que o custo seria, por exemplo, R\$10.000 por mês, que necessariamente vou gastar esse valor. Ele serve apenas como um balizamento, uma referência. Tudo é pesado, controlado e medido, e os pagamentos são feitos com base nessa medição. Assim, à medida que conseguimos reduzir os custos, ter mais eficiência na coleta seletiva, trabalhar com compostagem e incentivar hortas comunitárias — afinal, muito do material orgânico hoje está no “lixo” sendo coletado —, existe, sim, a possibilidade de redução. A Secretaria de Meio Ambiente já vem se preparando para isso, para que possamos contribuir nesse sentido. Não vai ser em um ano, dois anos, que a gente vai ter grandes reduções disso, mas é um caminho e é possível, e a gente vai estar trabalhando para essas reduções. São todos esses trabalhos que hoje a Secretaria desenvolve, contratando empresas para fazer diagnósticos em vários segmentos do município, são esses diagnósticos e os planos de ação que vão surgir desses diagnósticos é que nos dão essa capacidade de poder afirmar que nós podemos, sim, trabalhar uma redução de valores; isso não é da noite pro dia, mas isso é possível e isso já está sendo pensado. Gabriel retomou a palavra e disse que vivemos em uma cidade que tem uma arrecadação de mais um bilhão de reais, e recordou que a cidade já teve, inclusive, outros formatos de coleta seletiva, que já faziam boa parte desse trabalho de separação e que trazia também um pouco dessa redução, e que a gente não tem mais, a exemplo do que antigamente era popularmente chamado de “cata treco”; e que hoje a gente tem PEVs que, a despeito, a gente vê famílias que são cuidadas ou gerenciadas por senhoras, por mulheres que não vão ter condição de pegar um sofá e levar nas costas ou pagar o transporte desses móveis ou desse tipo de lixo para levar no PEV, antes a gente tinha um transporte que recolhia esses lixos e outros resíduos que poderiam também ser separados ali, e que a gente não tem mais. Dito isso, Gabriel expressou que se preocupa, dentro dessa lógica da criação da taxa e de pensar o orçamento da cidade com relação a tratamento, com relação à separação de resíduos, que a gente esteja numa lógica muito implícita de terceirização e de um gasto público direto com relação à contratação de empresas, que a gente poderia estar manejando ele e poderia estar gastando menos com empresas terceirizadas e mais com a qualidade do tratamento do nosso lixo, mas, ao contrário, a gente está calculando a criação de uma nova taxa e através dessa taxa que o valor vai ser definido, através das concessões, que serão regidas pelos contratos dessas empresas privadas, é que a gente vai pensar o valor que

vai decorrer essa taxa. Reiterou que isso o preocupa um pouco, pensando que a gente não tem um orçamento tão curto em Pindamonhangaba, uma cidade que tem uma arrecadação boa, que poderia estar gerindo essa verba do tratamento dos resíduos de uma outra forma, e não diretamente com a criação dessa taxa. Disse que entende que existem outros formatos que poderíamos considerar para abatimento desses recursos gastos com os resíduos, inclusive na redução desses resíduos; parece, contudo, que estamos um pouco atrasados na lógica de planejar essa redução e muito mais adiantados na lógica de impor mais uma taxa sobre a arrecadação e os valores exigidos pelas empresas privadas no momento das concessões. A partir desta fala, Rafael Cavalcanti disse que entende e que o problema que a gente tem agora é a questão de tempo mesmo; que agora é quase uma obrigação para o município criar essa taxa ou se abster dela, e que quando se faz a escolha de não criar a taxa, você cria vários empecilhos ali junto à captação de recursos do município. Disse também que o município não vive só dos recursos que dispõe no próprio caixa e que acaba captando muito recurso no governo federal, de várias formas, então, quando a gente abrir mão dessa taxa, a gente vai ter um problema sério na captação desses recursos. Alexsander complementou que essa não é uma taxa municipal, é uma taxa que veio do marco regulatório do saneamento ambiental do Brasil, é uma lei federal que está sendo ramificada para os estados e está batendo nos municípios, e que não tem de onde tirar o dinheiro para pagar esse tipo de serviço, por isso a necessidade da taxa. Por fim, Gabriel disse que não consegue entender a ideia de que Pindamonhangaba não tem dinheiro para lidar com a questão do controle de resíduos e que talvez seja necessário questionar como o dinheiro arrecadado pela Prefeitura está sendo aplicado, uma vez que temos uma arrecadação significativa e, quando há superávit, realizamos reformas administrativas que criam novos cargos, o que aumenta a folha de pagamento. Talvez isso explique por que não estamos vendo tantos recursos sendo aplicados em outras áreas. Apesar disso, nossa arrecadação é boa. O que o preocupa é se conseguimos ou não aplicar esse dinheiro de forma eficiente na redução ou no melhor controle dos resíduos e, de fato, precisamos contratar a empresa responsável pela coleta seletiva, mas devemos considerar se será inevitável a aplicação de uma taxa, para que não fiquemos reféns de empresas privadas em relação ao valor dessa cobrança.

4. Seminário arborização municipal: Alexsander relatou que o evento do Seminário de Arborização Municipal ocorreu na semana passada e veio fechando alguns trabalhos que vêm sendo desenvolvidos desde o começo do ano no município. No último seminário, foi apresentado um pré-diagnóstico, que ainda não está concluído, mas o foco do seminário foi a discussão entre as pessoas presentes. Participaram representantes de várias instituições do município, tanto do poder executivo quanto de organizações civis e entidades de classe. Após a apresentação do professor responsável pela pesquisa, que é da Esalq da USP de Piracicaba, foram feitas colocações no período da manhã sobre a temática e à tarde houve discussões em grupos, e todas as propostas e contribuições dessas discussões serão utilizadas para fechar o diagnóstico. O último trabalho realizado aconteceu no Bosque da Princesa, onde foi levantada uma série de situações que precisam ser incluídas no plano de ação. O ponto de desfecho principal deste projeto, relacionado ao seminário, será concluído entre janeiro e fevereiro. Nessa ocasião, o resultado será apresentado e divulgado no site, como já é de praxe da Secretaria, para que todos possam ter acesso às informações. Ana Clara disse que esteve presente e que na parte da tarde fez parte do grupo que pautava a inclusão social, no qual foram levantadas algumas propostas sobre como tornar o processo mais participativo e envolver mais a comunidade na elaboração dessa proposta. Júlia disse que também esteve presente e na parte da tarde fez parte do grupo que pautava a questão das árvores a serem implementadas, a importância do viveiro, que um jardim botânico não é prioridade no momento e que é importante pensar em corredores pensando em espécies que atraiam a bifauna, principalmente dentro do município.

5. Fórum Interconselhos: Larissa relatou que ela e Ana Clara estiveram presentes enquanto representantes do CONDEMA, e reconheceu que iniciativas como essa são de extrema importância para o desenvolvimento de diálogos e articulações intersetoriais que contribuem significativamente para o avanço de políticas públicas em nossa cidade e que esse fórum seja fortalecido e mantido ao longo dos próximos anos, promovendo um espaço cada vez mais aberto e colaborativo. No entanto, houve algumas fragilidades que afetaram a participação das Conselheiras, como o fato de ter sido

convocado durante o período de transição para a atual gestão, por isso, algumas informações se perderam. Também mencionou que recebeu informações divergentes, ora disseram que precisaríamos montar um mural, ora disseram que não era necessário, de modo que o Conselho não montou um mural, o que, no fim das contas, era, sim, necessário. Ana Clara pontuou que a realização do Fórum evidenciou que o CONDEMA precisa publicizar mais as suas atividades e organizar outras também, já que tem competência para isso. Ao mesmo tempo, disse que por não termos fotos, relatórios semestrais ou anuais, não teria o que ser apresentado visualmente lá. Diante disso, os Conselheiros presentes concordaram que é importante que isso seja feito e Walmir sugeriu que nos reuníssemos para iniciar esta organização. Ana Clara aproveitou a presença do Secretário de Meio Ambiente para perguntar se o CONDEMA pode usar a infraestrutura da Secretaria para publicar as reuniões e as atividades, ao que o Secretário fez “provocações” lembrando que o CONDEMA é independente da Secretaria e que é necessário marcar uma reunião entre os órgãos para alguns alinhamentos, para se estreitar em termos de trabalho e parcerias. Sobre isso, ficou acordado que seria realizada uma reunião entre a Secretaria e Conselheiros na primeira semana de dezembro. **7. Informes gerais:** Larissa, representando o Instituto Sabiá, explicou a relevância do Festival Mov.Ocupa, que está sendo produzido pelo instituto, convidou os conselheiros do CONDEMA para participarem e destacou a importância de que o conselho indique um representante para estar presente na ocasião da cerimônia de abertura e assinar a carta compromisso elaborada no âmbito do festival, cujo tema é a gestão de resíduos sólidos, ao que ficou acordado que Rafael Lamana cumprirá este papel. Alexsander informou que a Conferência Municipal de Meio Ambiente está sendo organizada para ser realizada em janeiro de 2025. Por fim, ficou acordado que fosse realizada uma reunião extraordinária na próxima semana para que fosse discutida a proposta de Loteamento Residencial Quinta da Boa Vista. Ana Clara solicitou que fosse incluída nesta reunião extraordinária pauta referente à Política Municipal de Meio Ambiente, o que foi considerado.



Rafael Lamana
Vice-presidente

Larissa Néri
Presidente